

CIRCUNSCRIÇÃO TEMÁTICA DO UNBRAL FRONTEIRAS A PARTIR DA ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO PARA EXPERTS EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS

ADRIANA DORFMAN

VITOR GALANTE MONTE MEZZO

ARTHUR BORBA COLEN FRANÇA

O texto que segue descreve os esforços de circunscrição do vastíssimo tema “fronteiras” a partir da formulação, aplicação e análise do “Questionário para experts em Estudos Fronteiriços”. Tal delimitação se fez necessária para definir critérios para inclusão ou exclusão de textos na base que está em montagem.

1 FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO

O “Questionário para experts em Estudos Fronteiriços” foi construído como uma ferramenta de consulta aos pesquisadores dos Estudos Fronteiriços, em uma tentativa de delimitar em que se constituem esses Estudos. Baseando-nos em Lia Osório Machado (2011) e seu conceito de espaço transversal - espaços que se constituem entre a soberania e o sistema mundial de segurança, entre o legal e o ilegal - entendemos que esse campo de pesquisa é absolutamente transversal – entre o privado e o público, entre o teórico e o prático – e interdisciplinar. A palavra fronteira possui ainda amplo uso metafórico, gerando grande revocação (respostas não relevantes) nas buscas. Ao procurar pelo termo “fronteira”, nas primeiras coletas na web, boa parte das ocorrências parecia não pertencer ao tema buscado, as fronteiras internacionais territoriais. Essas ocorrências podiam ser descartadas sem hesitação.

Outras, no entanto, tinham uma pertinência ambígua, requerendo o exame do conteúdo do texto, e não apenas de seu título e palavras-chave. Mesmo após análise do conteúdo, dúvidas persistiam. Essas dúvidas, na verdade, correspondiam a uma definição de marcos teóricos. As fronteiras de que tratamos são exclusivamente territoriais? Unicamente internacionais? O que fazer com trabalhos ligados a campos como Estudos Estratégicos, Ciências Naturais etc.? Os ques-

tionamentos, assim, foram sendo registrados pelas bolsistas que alimentavam a coleção. Esses questionamentos foram organizados em blocos que abordavam:

- diferentes tipos de limites espaciais (limites não-internacionais como fronteiras urbanas, limites entre entes federados, estudos de portos e fronteiras marítimas);
- estudos cujo objeto está na região fronteira mas em que a fronteira não é a questão central, como etnografias, estudos da natureza e estudos infraestruturais;
- estudos sobre migrações, comércio internacional, turismo e outras questões sociais e econômicas que não necessariamente têm a questão fronteira no centro da análise e
- estudos sobre frentes de expansão, fronteiras agrícolas ou *frontiers*.

Justamente pela transversalidade e multidisciplinaridade dessas questões, as respostas para essas perguntas precisavam buscadas junto à comunidade de estudiosos do campo. Tratava-se de obter, junto a pesquisadores, uma apreciação geral sobre o campo dos estudos fronteiriços e delimitar sua extensão e objetos. Isso pode ser feito de diversas maneiras, mas o mais rápido e econômico é a utilização de questionários online. Isso facilita muito a tabulação dos dados e economiza tempo e recursos, pois o link do questionário é enviado automaticamente para os destinatários que participam da pesquisa.

Um levantamento no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq e na base de Programas de Pós-Graduação da CAPES, listando os membros de grupos de pesquisa e afiliados a programas de pós-graduação cujo nome, linha de pesquisa ou palavras-chave contivesse a palavra “fronteira” foi realizado. Os endereços eletrônicos de tais experts foram coletados para permitir o contato e o envio do questionário.

A Escala Likert foi empregada para construir as possíveis respostas do questionário. O método se vale de uma escala bipolar (geralmente do total acordo ao total desacordo) e apresenta cinco alternativas, de forma gradual (Likert, 1932). Utilizando a Escala Likert, poderíamos medir graus de concordância com as afirmações apresentadas em cada item. Esse é um modelo mais

eficiente, e que permite uma análise mais verossímil para questões complexas cuja definição simples de concordância ou discordância pode ser problemática.

Após a redação do conteúdo do questionário, passou-se para a etapa de montagem das perguntas no software. O LimeSurvey foi o software escolhido, dada sua reputação confiável dentro do grupo de softwares livres de pesquisas on-line (SourceForge.net, 2008). O programa permite que a formulação, aplicação e gerenciamento de dados sejam feitos com um único aplicativo. Outras *features* cruciais para a escolha foram as ferramentas usadas para enviar a pesquisa aos participantes e contatá-los posteriormente caso fosse necessário: o LimeSurvey permite estabelecer um cadastro de destinatários e acompanhar sua adesão ao questionário.

Ao contrário do que pode ser anunciado, não existe resposta anônima ao questionário, ao menos por parte daqueles que o administram, uma vez que o acesso ao formulário se dá através de um *token*, uma espécie de credencial associada a cada entrevistado. Isso não quer dizer que tenhamos associado as respostas daqueles que não preencheram a seção de identificação do questionário, pois respeitamos a opção pelo anonimato. Ainda no quesito identificação, cabe lembrar que o objetivo do questionário de recolher opiniões de experts certamente foi definidor na opção por respostas identificadas pela maioria dos respondentes, que se manifestavam a partir de sua posição de autoridade = identidade.

Realizaram-se duas pesquisas-teste: a primeira foi realizada com uma socióloga reconhecida em sua experiência de análises quantitativas, Melissa de Mattos Pimenta. A finalidade desse teste foi ajustar questões formais como a repetição ou não dos cabeçalhos e a sintaxe dos enunciados. A segunda pesquisa-teste foi realizada com colegas da área de Estudos Fronteiriços para exercer um controle de qualidade durante a sintetização do questionário. Agradecemos a Lia Osório Machado, Rebeca Steiman e Lício Monteiro, da UFRJ; Tito Carlos Machado de Oliveira, da UFMS; Lisandra Lamoso e Flaviana Gasparotti Nunes, da UFGD; Regina Coeli Machado e Silva e Eric Cardin, da Unioeste; Maurício Pinto da Silva, da UFPEL; e Alexandre Peixoto, do Ministério da Integração Nacional a disposição em colaborar. Depois dos testes, os ajustes necessários foram realizados, para a que as perguntas fossem compreendidas de maneira fiel ao esperado pelos pesquisadores.

Uma das adições pós-teste foi o uso de logotipos pertencentes a identidade visual do Unbral, informalmente apresentando a identidade visual do projeto para os diversos Programas de Pesquisas alvos do questionário.

O questionário foi enviado para 182 pesquisadores, que tiveram dos dias 07 a 30 de agosto de 2014 para responder. Deste grande grupo, 94 preencheram satisfatoriamente o requerido, somando 52% dos pesquisadores consultados.

2 O PERFIL DA COMUNIDADE

Três são as categorias passíveis de análise sobre a comunidade que respondeu ao questionário: sua ocupação, sua UF e o município em que estão baseados. A tabela 1 condensa os resultados da primeira categoria. As respostas eram abertas e são, portanto, autodeclaradas, e não escolhidas a partir de uma lista.

Tabela 1. Ocupação dos pesquisadores de Estudos Fronteiriços.

Ocupação	Quantidade
Professores, Docente, Professores Aposentados	34
Geógrafos	10
Antropólogos	4
Arquitetos e Urbanistas	3
Estudantes	3
Demógrafo(a)	1
Jornalista	1
Assistente Social	1
Adminstrador(a)	1
Historiador(a)	1
Técnico(a) em Assuntos Educacionais	1
Policial Militar	1
Médico(a) Veterinário(a)/Acadêmico(a) de Relações Internacionais	1
Servidor(a) Público(a) Federal	1
Professor(a) e Pesquisador(a)	1
Sociólogo(a)	1
Total	64

Elaboração de Maicon Pinheiro Oliveira e Adriana Dorfman

A tabela 2 condensa os resultados da segunda categoria, o estado em que os pesquisadores residem. A tabela também apresenta o dado se esta UF possui fronteira internacional ou não.

Tabela 2. UF dos pesquisadores de Estudos Fronteiriços.

UF/Província, País	Fronteira Internacional	Quantidade
Rio Grande do Sul, BRA	SIM	25
Mato Grosso do Sul, BRA	SIM	10
Paraná, BRA	SIM	5
Rio de Janeiro, BRA	NÃO	5
Amapá, BRA	SIM	3
Roraima, BRA	SIM	3
Amazonas, BRA	SIM	2
São Paulo, BRA	NÃO	2
Minas Gerais, BRA	NÃO	1
Misiones, ARG	SIM	1
Pará, BRA	NÃO	1
Rio Grande do Norte, BRA	NÃO	1
49 SIM 10 NÃO		

Elaboração de Maicon Pinheiro Oliveira e Adriana Dorfman

A tabela 3, finalmente, apresenta os municípios em que estão localizados os pesquisadores que preencheram o questionário, e indica se o município está ou não na faixa de fronteira.

Das possíveis análises, algumas são mais evidentes. A multidisciplinaridade é marcante, confirmando que a fronteira é um objeto transversal que comporta análise geográficas ou não geográficas.

É interessante observar que a imensa maioria dos pesquisadores está em uma UF fronteiriça. Isso explica-se não só pela provocação do objeto, mais presente nessas regiões, mas também por questões estruturais e políticas. Dados os recursos limitados, os pesquisadores tendem a dedicar-se a objetos próximos de suas universidades, além de serem impelidos a estudar suas regiões para promover o desenvolvimento das mesmas. No entanto, a maioria dos pesquisadores não se encontra em cidades fronteiriças, e isso se explica pela situação dos centros produtores de pesquisas, concentrados nas capitais e cidades médias.

Tabela 3. Municípios, Estados e País dos pesquisadores de Estudos Fronteiriços.

Município, Estado, País	Faixa de fronteira	Quantidade
Porto Alegre, RS, BRA	NÃO	15
Corumbá, MS, BRA	SIM	5
Rio de Janeiro, RJ, BRA	NÃO	4
Boa Vista, RR, BRA	SIM	3
Dourados, MS, BRA	SIM	3
Macapá, AP, BRA	NÃO	3
Campo Grande, MT, BRA	NÃO	2
M.C.Rondon, PR, BRA	SIM	2
Manaus, AM, BRA	NÃO	2
Marechal Cândido Rondon, PR, BRA e	SIM	2
Ponta Grossa, PR, BRA	NÃO	2
Santa Maria, RS, BRA	NÃO	2
Santana do Livramento, RS, BRA	SIM	2
Santo Ângelo, RS, BRA	SIM	2
São Borja, RS, BRA	SIM	2
Toledo, PR, BRA	SIM	2
Angra dos Reis, RJ, BRA	NÃO	1
Bagé, RS, BRA	SIM	1
Belém, PA, BRA	NÃO	1
Belo Horizonte, MG, BRA	NÃO	1
Campinas, SP, BRA	NÃO	1
Curitiba, PR, BRA	NÃO	1
Foz do Iguaçu, PR, BRA	SIM	1
Guaíra, PR, BRA	SIM	1
Lima, PER	NÃO	1
Natal, RN, BRA	NÃO	1
Pelotas, RS, BRA	SIM	1
Posadas, ARG	SIM	1
São Paulo, SP, BRA	NÃO	1
	38 NÃO 28 SIM	

Elaboração de Maicon Pinheiro Oliveira e Adriana Dorfman

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir deste momento, apresentaremos os resultados, condensados em gráficos, das perguntas dos questionários, permitindo uma breve análise. É neste momento do questionário que a Escala Likert foi utilizada, sendo as possíveis

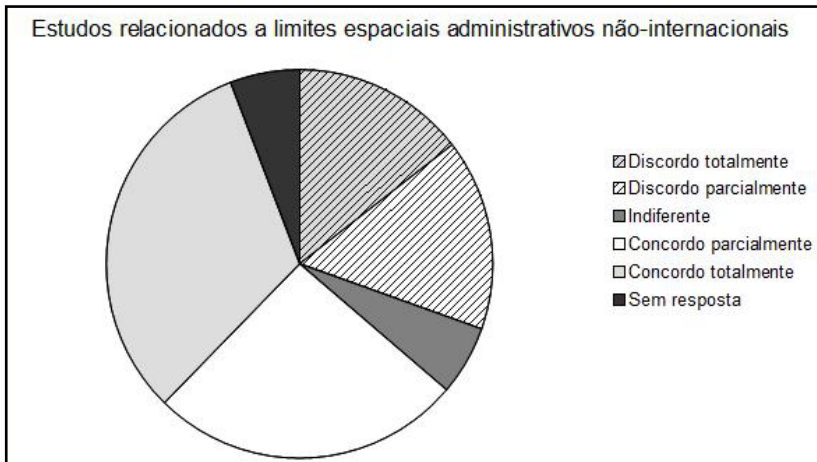
respostas “concordo totalmente”, “concordo parcialmente”, “indiferente”, “discordo parcialmente” e “discordo totalmente”.

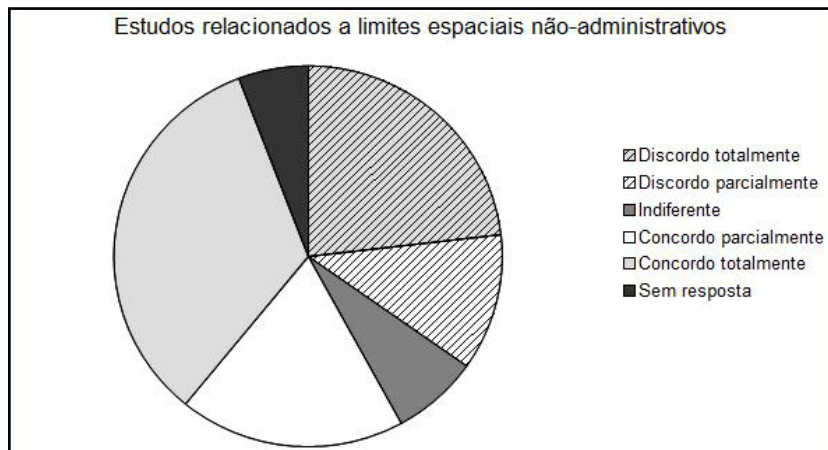
Antes afirmativas a serem analisadas nesta escala, o seguinte cabeçalho era apresentado:

Tomamos como consensual que o limite internacional é a linha que separa os países (i. é, Estados, estados-nação, estados territoriais modernos etc.) e a fronteira é a região de contato entre esses países, mas temos outros pontos que precisam ser esclarecidos.

As perguntas questionavam se uma série de objetos deveriam ser incluídos como objetos válidos dos estudos fronteiriços. A primeira tratava de “1. estudos relacionados a limites espaciais administrativos não-internacionais (limites entre estados, entre regiões, processos emancipatórios etc.)”. A segunda discutia “2. estudos relacionados a limites espaciais não-administrativos (fraturnas urbanas, segregação urbana etc.)”.

Figuras 1 e 2. Resultados das perguntas 1 e 2.



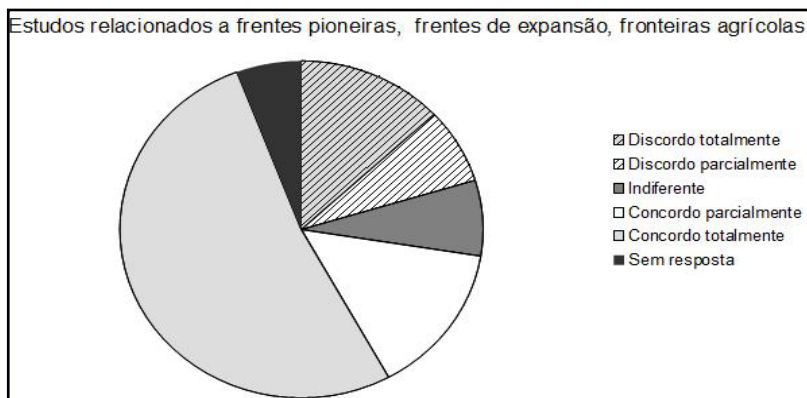


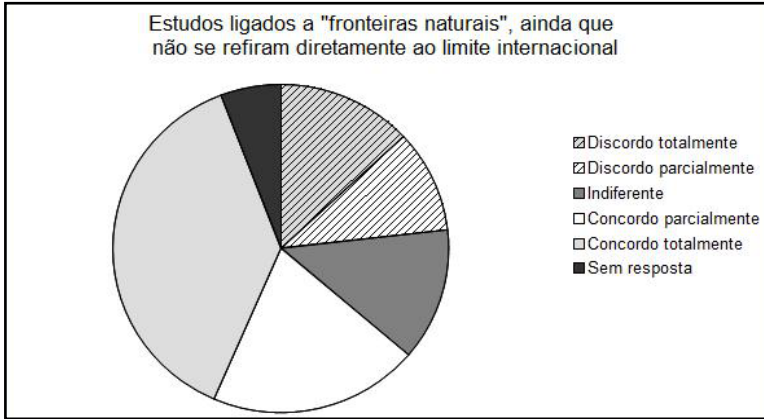
Elaboração de Arthur França.

Temos, assim, uma resposta afirmativa para as perguntas 1 e 2, mas sendo a resposta 2 bem menos consensual.

As perguntas seguintes, “3. estudos relacionados a frentes pioneiras, frentes de expansão, fronteiras agrícolas etc. (frontiers).” e “4. estudos ligados a “fronteiras naturais” (rios, montanhas, serras etc. que demarcam limites internacionais), ainda que não se refiram diretamente ao limite internacional” apresentou o seguinte resultado.

Figuras 3 e 4. Resultados das perguntas 3 e 4.



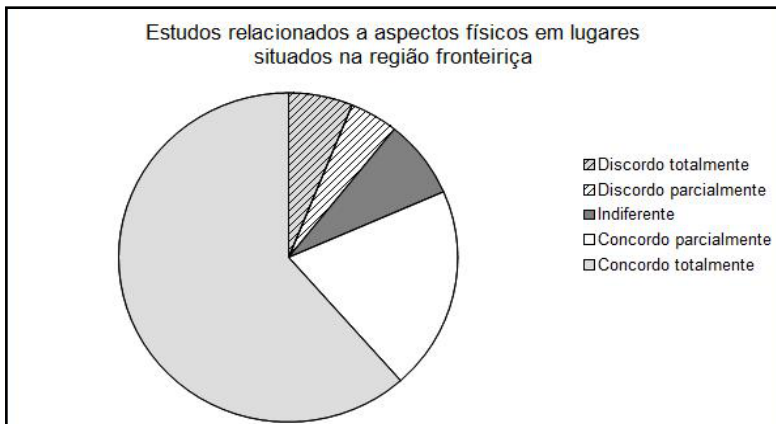


Elaboração de Arthur França.

As figuras mostram as respostas afirmativas para as perguntas 3 e 4, mas com relevância para a indiferença em relação a pergunta 4.

As próximas perguntas, “5. estudos relacionados a aspectos físicos (geomorfológicos, climatológicos, hidrológicos etc.) em lugares situados na região fronteira.” e “6. estudos relacionados a aspectos históricos (arqueológicos, povoamento, folclore etc.) de lugares atualmente situados na região fronteira, ainda que não abordem a construção do limite internacional”, apresentaram as seguintes respostas.

Figuras 5 e 6. Resultados das perguntas 5 e 6.



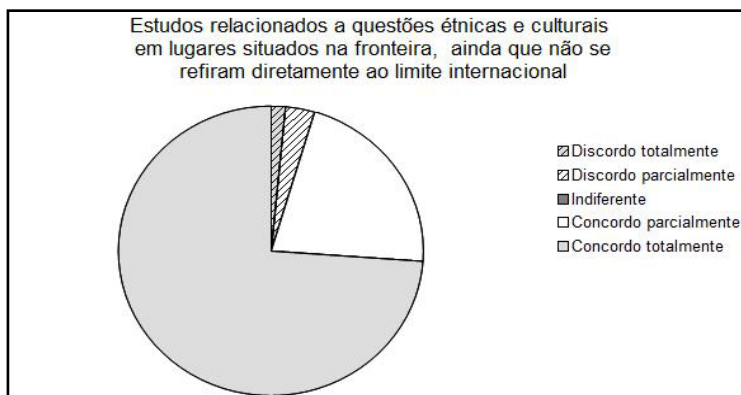


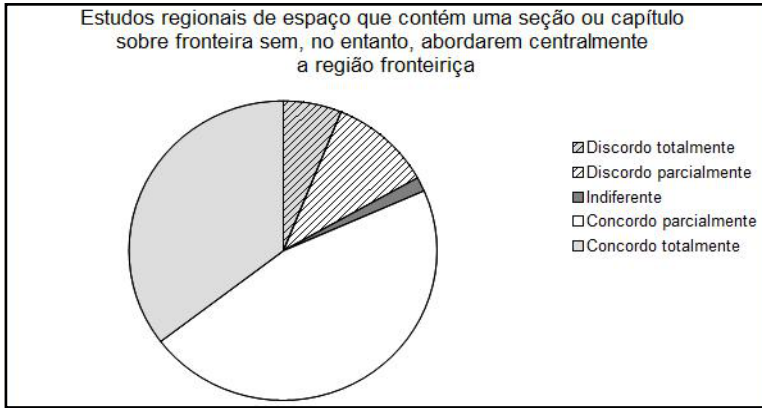
Elaboração de Arthur França.

Ambas as respostas às questões 5 e 6 são fortemente afirmativas, sendo esses objetos que parecem ser consolidados nos Estudos Fronteiriços

Em seguida, as respostas sobre inclusão nos Estudos Fronteiriços quanto a “7. estudos relacionados a questões étnicas e culturais (indígenas, identidades, produção artística etc.) em lugares situados na fronteira, ainda que não se refiram diretamente ao limite internacional” e “8. estudos regionais de espaços como municípios, estados, regiões etc., que contém uma seção ou capítulo sobre a fronteira sem, no entanto, abordarem centralmente a região fronteira” apresentaram os seguintes resultados.

Figuras 7 e 8. Resultados das perguntas 7 e 8.





Elaboração de Arthur França.

Apesar da resposta afirmativa para a pergunta 7, temos um acordo apenas parcial em relação a pergunta 8, mas ainda assim com as respostas afirmativas ou parcialmente afirmativas sendo bem mais expressivas que a negação ou negação parcial.

As próximas perguntas questionaram os pesquisadores se “9. estudos sociais que tematizam a cultura, a história, ou a formação territorial de espaços (estados, regiões, países etc.) que citam a região de fronteira sem abordarem centralmente questões fronteiriças” e “10. estudos econômicos que tematizam o turismo, a indústria, as infraestruturas de espaços como estados, regiões, países etc., que citam a região de fronteira sem abordarem centralmente a região fronteiriça” deveriam ser incluídos no Unbral Fronteiras e entendidos como Estudos Fronteiriços trouxeram as seguintes posições.

Figuras 9 e 10. Resultados das perguntas 9 e 10.



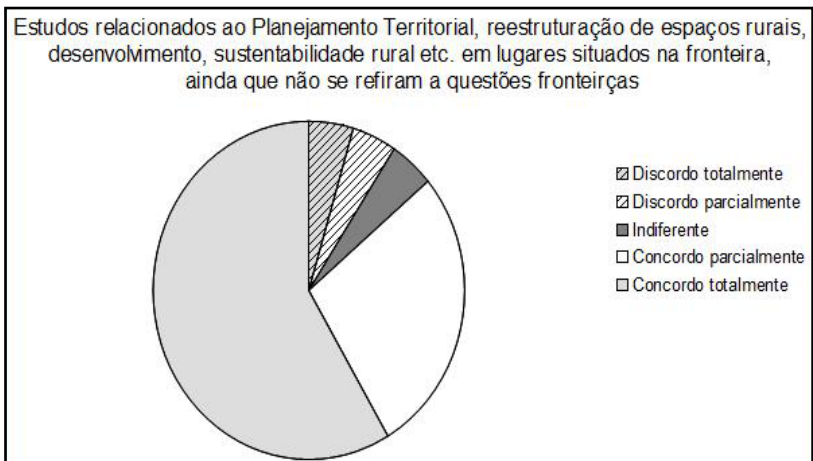
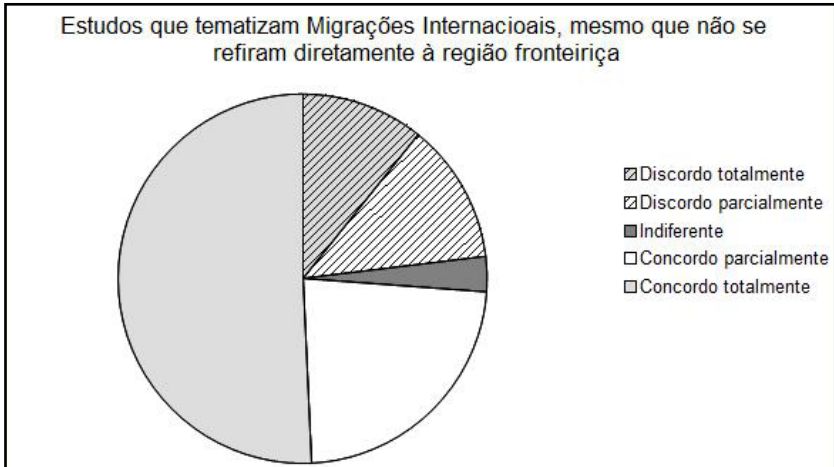
Elaboração de Arthur França.

As figuras revelam que há uma concordância parcial em relação a pergunta 9, mas uma verdadeira indiferença à pergunta 10.

De forma similar, os questionamentos seguintes levantam a questão se “11. estudos que tematizam Migrações Internacionais, mesmo que não se refiram diretamente à região fronteiriça (bolivianos em São Paulo, trabalhadores haitianos em Caxias do Sul, catarinenses nos Estados Unidos etc.)” e “12. estu-

dos relacionados ao Planejamento Territorial, reestruturação de espaços rurais, desenvolvimento, sustentabilidade rural e regional, etc. em lugares situados na fronteira, ainda que não se refiram a questões fronteiriças” deveriam ser considerados Estudos Fronteiriços. As respostas assim se distribuem.

Figuras 11 e 12. Resultados das perguntas 11 e 12.

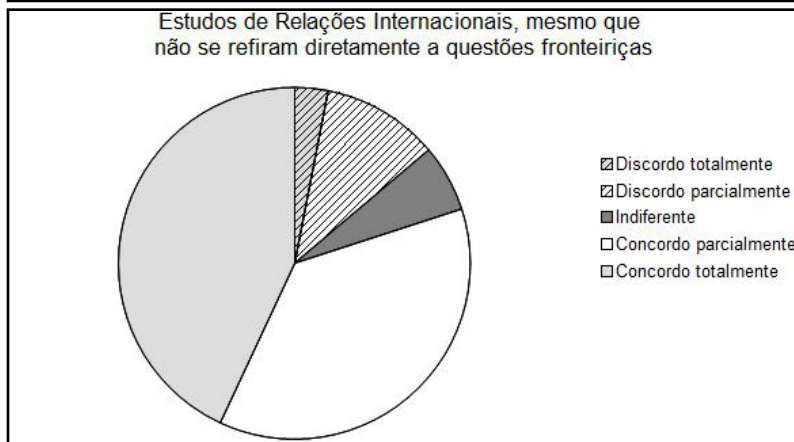
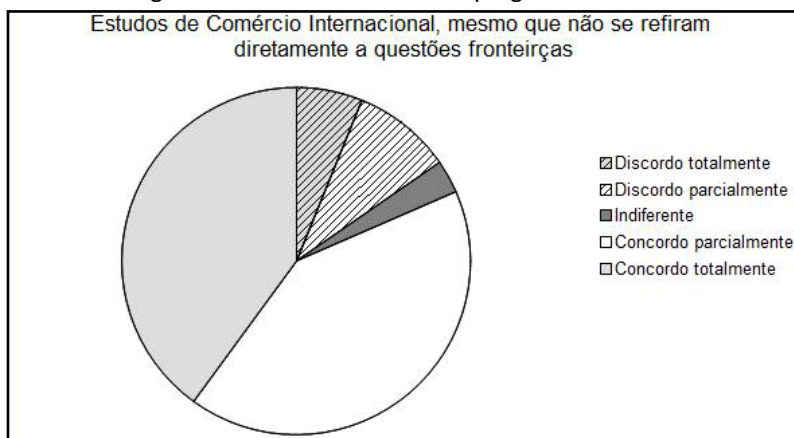


Elaboração de Arthur França.

Sem grandes questionamentos, temos respostas fortemente afirmativas para as perguntas 11 e 12.

Ainda definindo se estes campos e objetos pertencem aos estudos fronteiriços, temos as perguntas “13. estudos de Comércio Internacional (políticas comerciais, fluxos de importação e exportação, movimentos financeiros internacionais etc.) mesmo que não se refiram diretamente a questões fronteiriças” e “14. estudos de Relações Internacionais (política externa brasileira, política internacional, América Latina etc.), mesmo que não se refiram diretamente a questões fronteiriças”.

Figuras 13 e 14. Resultados das perguntas 13 e 14.

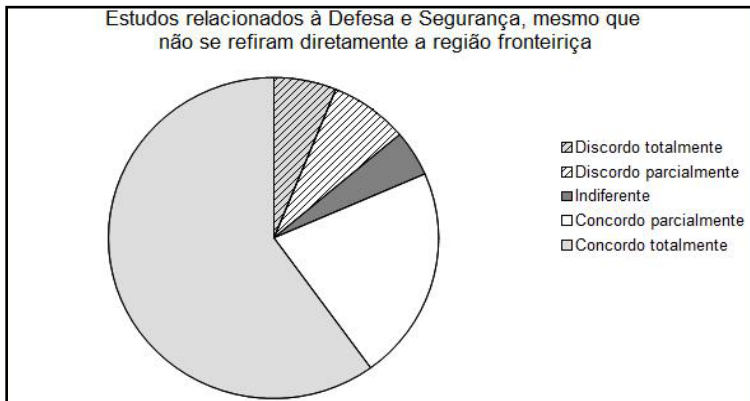
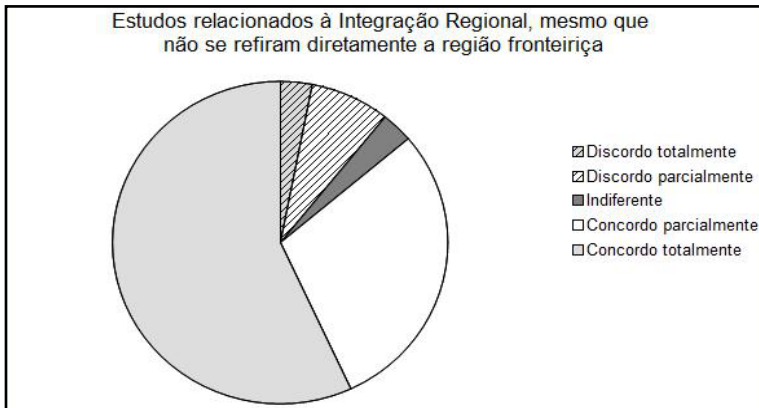


Elaboração de Arthur França.

Aqui também, sem a necessidade de muitas ressalvas, temos respostas afirmativas para os questionamentos 13 e 14.

Finalmente, perguntamos aos pesquisadores se “15. estudos relacionados à Integração Regional (blocos econômicos, Mercosul, Alca, IIRSA etc.), mesmo que não se refiram diretamente a região fronteiriça” e “16. estudos relacionados à Defesa e Segurança (inteligência, geopolítica, estudos estratégicos, Estado e Segurança Internacional etc.), mesmo que não se refiram diretamente à região fronteiriça” podem ser considerados Estudos Fronteiriços e, portanto, deveriam ser incluídos no Unbral Fronteiras.

Figuras 15 e 16. Resultados das perguntas 15 e 16.



Elaboração de Arthur França.

Também temos para as perguntas 15 e 16 respostas predominantemente de concordância.

Em resumo, temos as seguintes posições sobre os assuntos que compõem os Estudos Fronteiriços:

Concordância forte em relação à:

- estudos relacionados a frentes pioneiras;
- estudos relacionados a aspectos históricos (arqueológicos, povoamento, folclore etc.) de lugares atualmente situados na região fronteiriça, ainda que não abordem a construção do limite internacional;
- estudos relacionados a questões étnicas e culturais (indígenas, identidades, produção artística etc.) em lugares situados na fronteira, ainda que não se refiram diretamente ao limite internacional;
- estudos que tematizam Migrações Internacionais, mesmo que não se refiram diretamente à região fronteiriça;
- estudos relacionados a Defesa e Segurança, mesmo que não se refiram diretamente à região fronteiriça.

Acreditamos que tal posicionamento reflete temas consolidados no campo, bem como a preocupação com as migrações internacionais que caracterizam as fronteiras móveis que acompanham as redes operacionalizadas pelos migrantes.

Concordância com a inclusão de:

- estudos relacionados a limites espaciais administrativos não-internacionais (limites entre estados, entre regiões, processos emancipatórios etc.);
- estudos relacionados a limites espaciais não-administrativos (fraturas urbanas, segregação urbana etc.);
- estudos ligados a “fronteiras naturais” (rios, montanhas, serras etc. que demarcam limites internacionais), ainda que não se refiram diretamente ao limite internacional;

- estudos relacionados a aspectos físicos (geomorfológicos, climatológicos, hidrológicos etc.) em lugares situados na região fronteira;
- estudos relacionados ao Planejamento Territorial, reestruturação de espaços rurais, desenvolvimento, sustentabilidade rural e regional, etc. em lugares situados na fronteira, ainda que não se refiram a questões fronteiriças;
- estudos de Comércio Internacional (políticas comerciais, fluxos de importação e exportação, movimentos financeiros internacionais etc.) mesmo que não se refiram diretamente a questões fronteiriças;
- estudos de Relações Internacionais (política externa brasileira, política internacional, América Latina etc.), mesmo que não se refiram diretamente a questões fronteiriças;
- estudos relacionados à Integração Regional (blocos econômicos, Mercosul, Alca, IIRSA etc.), mesmo que não se refiram diretamente a região fronteira.

Além de refletirem a interdisciplinaridade necessária à pesquisa em fronteiras, a inclusão desses temas aponta para uma concepção multidimensional do território e de seus limites e interfaces.

Indiferença à inclusão de

- estudos regionais de espaços como municípios, estados, regiões etc., que contém uma seção ou capítulo sobre a fronteira sem, no entanto, abordarem centralmente a região fronteira;
- estudos sociais que tematizam a cultura, a história, ou a formação territorial de espaços (estados, regiões, países etc.) que citam a região de fronteira sem abordarem centralmente questões fronteiriças;
- estudos econômicos que tematizam o turismo, a indústria, as infraestruturas de espaços como estados, regiões, países etc., que citam a região de fronteira sem abordarem centralmente a região fronteira.

Cabe sublinhar que nenhum dos temas foi descartado pela maioria dos respondentes.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao consolidar todas as respostas, da 1 a 16, percebemos uma tendência fortemente afirmativa (figura 17).

Figura 17. Consolidação dos resultados das perguntas 1 a 16.



Elaboração de Arthur França.

Essa tendência afirmativa dá pistas das múltiplas possibilidades do campo em estudo. O que depreendemos é que os Estudos Fronteiriços brasileiros, como definido por seus próprios pesquisadores, são um campo que mantém como central o território estatal da fronteira-limite, mas também 1. está aberto ao estudo do limite como ruptura e da fronteira como descontinuidade (como na aceitação das fronteiras urbanas como Estudos Fronteiriços); 2. incorpora a fronteira em rede ao entender que migrações, fluxos econômicos e integração compõem objetos de estudo; 3. entende a centralidade do território estatal, sem diminuir a importância das fronteiras e limites não estatais, não territoriais, não administrativos e 4. convive com a multidisciplinaridade, não só dado o perfil de seus pesquisadores, mas também seu entendimento que seu objeto possui entradas através da Geografia, História, Antropologia, Ciência Política, Economia, Linguística, Relações Internacionais e outras disciplinas tradicionais ou não.

Na organização do Unbral Fronteiras, a amplitude do temário implica a inclusão de uma diversidade de temas e na multiplicação de itens a serem incluídos. Implica também o desafio de classificar o conjunto dos trabalhos em categorias que sejam válidas para grandes quantidades de itens, mas que sejam precisas o suficiente para distinguir as principais linhas de investigação adotadas pelos autores.

Como corolário desse processo, a taxonomia interna do campo será baseada nos termos emergentes da análise do conteúdo produzido pela comunidade.

5 REFERÊNCIAS

Likert, R. A Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology**, 140, 1932, 1–55.

Machado, Lia Osório (2011). Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. **Geopolítica das Drogas** (Textos Acadêmicos). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/MRE. Disponível em <http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retis/wp-content/uploads/2011-Espa%C3%A7os-Transversos-FUNAG.pdf>. Acesso em 11 de jan 2013.

SourceForge.net. 2008 CCA: Finalists. 2008. Disponível em: <http://sourceforge.net/blog/cca08-finalists/>. Acesso em 15 abr 2015